

Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

P. :	M.	Redondo
Fls	:	
Vis	to:	

# AVISO DE LICITAÇÃO

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023 - SMAF

O MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO, através da SMAF, sito a Av. dos Pinhais, 53 – Centro 96.150.000, Morro Redondo/RS – Fone: 0xx 32240120, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo "menos preço", sob número 006/2023 – SMAF, processo nº 063/2023, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a contratação de empresa especializada para perfuração de poço artesiano profundo, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanham o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações posteriores.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 15h do dia 03/03/2023, às 08:59h do dia 16/03/2023;

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 16/03/2023** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br Outras informações referente ao edital, poderão ser obtidas na SMAF à Av. dos Pinhais, 53 através do telefone/fax nº 0xx (53) 3224-0120 ou 3224-0210, acessando o endereço: http://www.portaldecompraspublicas.com.br, para dirimir dúvidas referente ao sistema operacional.

Morro Redondo, 02 de março de 2023.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

Ρ.	$\mathbf{M}.$	Redondo
Fl	s:	
Vi	sto:	

#### 1. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para perfuração de poço artesiano profundo, conforme as especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência:

- 1.1 A licitação será dividida em item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.
- 1.2 O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quantos às especificações do objeto.

# 2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

- **2.1.** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- **2.2.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de email: http://www.portaldecompraspublicas.com.br
- **2.3.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
- **2.3.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- **2.3.2.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- **2.3.3.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- 2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- **2.3.5.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

# 3. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**3.1.** As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.



CNPJ: 961558650/0001-02

Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000

P. M. Redondo
Fls:
Migto:

**3.2.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

- **3.2.1** O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;
- **3.2.2** O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto nos referidos itens deste edital.
- 3.3 A empresa vencedora deverá remeter ao Pregoeiro proposta original atualizada ao lance final, discriminando os respectivos valores unitários, observando o valor de referência.
- **3.4** Poderão ser admitidos, pelo Pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.
- **3.5** Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 24hs.

## 4. PROPOSTA

- **4.1.** O prazo de validade da proposta é de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.
- **4.2.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.
- **4.3.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.
- **4.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **4.5** A proposta financeira deverá ser redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel com timbre ou carimbo da empresa, devidamente datada e assinada pelo representante legal da



CNPJ: 961558650/0001-02

Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000

Fls:\_\_\_\_\_ Visto:

P. M. Redondo

licitante ou pelo procurador e **deverá ser informado o valor unitário e o total**, também deverá ser indicado o nome do banco, número da conta, o nome e número da agência, onde deverão ser depositados os pagamentos das obrigações pactuadas, bem como deverá constar o nome do representante legal da empresa para posterior assinatura do contrato quando necessário, a validade da proposta, a descrição e unidade de fornecimento indicando uma única marca/modelo para o produto ofertado dos produtos constantes do Anexo I do edital. Nos preços deverão estar contemplados quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço do objeto.

# 5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **5.1** Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:
- 5.1.1 Apresentação das declarações, conforme anexo II do edital;

# 5.1.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- **b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### **5.1.3 REGULARIDADE FISCAL:**

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos socais administrados pela Secretaria da Receita
   Federal do Brasil RFB e quanto a Divida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da
   Fazenda Nacional PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa ao domicilio ou sede do licitante;



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

P. M.	Redondo
Fls:	
Visto:	
l -	

e) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

#### **5.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:**

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

# 5.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Certidão ou comprovante do proponente no registro de Pessoa Jurídica no CREA;
- b) Declaração indicando o responsável técnico pela execução da obra, junto a serem contratadas;
- c) Certidão de registro de pessoa física, do responsável técnico pela execução da obra, junto ao CREA.
- d) Comprovante do licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro equivalente reconhecido pela entidade competente CREA, detentor de um atestado de responsabilidade técnica para execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

# 5.1.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

- **5.1.6.1** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 dias da data designada para apresentação do documento;
- **a1)** No caso de certidão positiva, deverá a empresa apresentar o plano de recuperação judicial aprovado, comprovando a sua capacidade econômica.
- **5.1.6.2** Prova de enquadramento, através da declaração ou certidão simplificada em microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP, autenticada e emitida pela Junta Comercial, dentro da validade de 60 (sessenta) dias, caso se tratar de ME ou EPP ou Certificado do MEI CCMEI, no caso das MEIs;

# 6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **6.1** No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.
- **6.2** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

Ρ.	$\mathbf{M}$ .	Redondo
$\mathbf{Fl}$	s:	
Vi	sto:	

- **6.3** A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
- **6.4** Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

# 7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **7.1.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- **7.2.** Serão desclassificadas as propostas que:
- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais;
- c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.
- **7.3.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- **7.4.** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
- **7.5.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
- **7.6.1** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- **7.6.2.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **7.6.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

P. M.	Redondo
Fls:	
Visto:	

## 8. MODO DE DISPUTA

- **8.1.** Será adotado *o modo de disputa aberto e fechado*, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.
- 8.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará quinze minutos, improrrogáveis.
- **8.3.** Encerrado o prazo do item 8.2, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- **8.4.** Encerrada a recepção dos lances, com o decurso do prazo do item 8.3, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- **8.5.** Na ausência de, no mínimo três ofertas nas condições de que trata o item 8.4, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- **8.6.** Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.4 e 8.5, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- **8.7.** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.4 e 8.5, haverá o reinício da etapa para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minuto, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 8.6.
- **8.8** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 8.7
- **8.9** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **8.10** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">http://www.portaldecompraspublicas.com.br</a>



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

Ρ.	$\mathbf{M}.$	Redondo
Fl	s:	
Vi	sto:	

# 9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- **9.1**. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação, de que trata o item 3.2.2 deste Edital;
- **9.1.2** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- 9.1.3 Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5(cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- **b)** Se beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não representar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.
- **9.1.4** O disposto no item 9.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiário da lei Complementar nº 123/2006.
- **9.1.5** Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3, § 2°, da Lei nº 8.666/1993.
- **9.1.6** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, §2°, da Lei nº 8.666/1993.

# 10. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

- **10.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- **10.2.** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.5 deste Edital.
- **10.3.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000

CNPJ: 961558650/0001-02

Ρ.	$\mathbf{M}.$	Redondo
$\mathbf{Fl}$	s:	
Vi	sto:	

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

# 11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

- **11.1.** Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.
- 11.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **11.4.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- **11.3.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

# 12. RECURSO

- **12.1.** Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.
- **12.2.** Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- **12.3.** Interposto o recurso, o pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.
- **12.4** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 12.5 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 12.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

P. M.	Redondo
Fls:	
Visto:	
I -	

12.7 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

# 13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **13.1.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- **13.3.** Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

# 14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

- **14.1.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para no prazo de 10 dias, assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.
- **14.2** Para a assinatura do contrato, no mesmo prazo do item 14.1, deverão ser comprovadas as condições de habilitação consignadas no edital, mediante a apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas.
- **14.3.** As certidões referidas nos itens 5.1.3 e 5.1.4, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.
- **14.4.** O prazo de que trata o item 14.1 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **14.5.** Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.
- **14.6.** A não apresentação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, no prazo do item 14.1, será equiparada a uma recusa injustificada à contratação.

#### 15. DO CONTRATO

**15.1** Com a solicitação do objeto, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças –SMAF, convocará a Empresa vencedora para assinatura do contrato, exceto quando puder ser substituído por outro instrumento hábil (autorização de Fornecimento/nota de empenho de despesa) sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000

CNPJ: 961558650/0001-02

P. M. Redondo Fls:\_\_\_\_\_ Visto:\_\_\_\_\_

**15.2** Caso a empresa não assine o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um novo vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei nº 8.666/93.

**15.3** O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 observadas suas alterações, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**15.4** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais e pertinentes.

**15.5** Farão parte integrante do contrato às condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**15.6** A vigência do contrato será de acordo com a solicitação do órgão requisitante, conforme a necessidade e quantidades estipuladas, podendo ser prorrogado se presentes os requisitos legais e se de acordo com a vontade das partes.

## 16. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado contra empenho no prazo de 10 dias após a prestação dos serviços, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na seguinte dotação orçamentária: Atividade 2127, Elemento de Despesa 33.90.39, Recurso 0701 e 0500.

**16.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**16.3.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

#### 17. RECEBIMENTO

17.1 O prazo da prestação dos serviços é de 30(trinta) dias, a contar da emissão da ordem de fornecimento.



CNPJ: 961558650/0001-02

Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000

P	M.	Redonac
Fls	:	
Vis		

17.3. Verificada a desconformidade de algum dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5(cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

**17.4.** O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

17.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

# 18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **18.1** Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87, da Lei 8.666/93, as quais são:
- a) advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para os serviços previstos no contrato, sendo que estes fatos não causem grandes danos, prejuízos ou transtornos à administração;
- b) multa no valor correspondente de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso no fornecimento/execução, motivada pelo descumprindo de quaisquer das cláusulas do edital, ata ou contrato, limitado a 15 (quinze) dias, que após este prazo será considerado inexecução total;
- c) multa no valor correspondente de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do contrato, motivada pelo descumprindo de quaisquer das cláusulas do edital, ata ou contrato.

Observações: as multas serão calculadas sobre o valor total do contrato e deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade; os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela administração; e da aplicação das penas definidas nas alíneas "b" e "c", deste item, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

# 19. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- **19.1** As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.
- 19.1.1 Caberá a autoridade competente decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis;
- 19.1.2 A oposição de impugnação, não tem efeito suspensivo.
- 19.1.3 O pregoeiro poderá atribuir efeito suspensivo à impugnação, mediante decisão fundamentada.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000

CNPJ: 961558650/0001-02

_	-		_	_	-	 _	 	_
F	ls	s:						
π.	Ġ,	eto:						

M. Redondo

**19.1.4** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, poderá ser designada nova data para realização do certame.

19.1.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

**19.1.6** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

# 20. DAS DISPOSICÕES GERAIS:

**20.1.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

**20.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**20.3.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).

**20.4** Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, através do email: <u>licitação@morroredondo.rs.gov.br</u>, ou pelo fone (53) 32240120, 32240210 das 8h às 12h e das 12:30h às 16:30h.

**20.5.** Fica eleito o Foro da Comarca de Pelotas para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Morro Redondo, 02 de março de 2023.

Rui Valdir Otto Brizolara Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

Ρ.	$\mathbf{M}$ .	Redondo
$\mathbf{Fl}$	s:	
Vi	sto:	

# ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA – OBJETO

Contratação de serviço de Um (01) poço tubular parcialmente revestido, em rochas duras pelo método roto-pneumático.

# Descrição do Objeto:

Contratação de serviço de perfuração de poço tubular parcialmente revestido, em rochas duras pelo método roto-pneumático.

item	Quant	Unid.	Descrição Detalhada dos Itens	Valor Total R\$
01	01	Serviço	Contratação de empresa para perfuração de poço tubular profundo na localidade da Capela da Buena.	108.423,87

## Requisitos:

# O objeto será atendido conforme:

- Especificações técnicas Termo de referência (anexo).
- Normas técnicas da ABNT.
- Normas e procedimentos do Ministério do Trabalho.
- Resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e suas atualizações.
- Instruções para sinalização rodoviária do DAER e DNIT.

## Além das obrigações descritas nas cláusulas contratuais, a contratada deverá:

- Providenciar o diário de perfuração para que as partes registrem os serviços diários, as alterações ocorridas e os relevantes.
- Providenciar a limpeza final, que deverá ser aprovada pelo Fiscal do Contrato.
- Atender as solicitações do Fiscal do Contrato.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000

Ρ.	$\mathbf{M}$ .	Redondo
Fl	s:	
Vi	sto:	

• Apresentar anotação de responsabilidade técnica (ART) tantas quantos forem às necessidades.

CNPJ: 961558650/0001-02

- Depositar os rejeitos da obra em local adequado(licenciado).
- Comunicar o fiscal do contrato (com antecedência suficiente) sobre possíveis intervenções nas vias públicas. Também solicitar a este que comunique o órgão municipal competente.
- Fornecer material, mão de obra e equipamentos necessários a completa e adequada execução do objeto.
- Exerce a supervisão e a administração do serviço.
- Respeitar e promover as normas de segurança e medicina do trabalho.
- Disponibilizar EPR's e EPC's adequados e convenientes para a execução dos trabalhos, tendo estes certificados de aprovação (CA).
- Promover e cumprir a gestão dos resíduos sólidos, conforme do CONAMA. Tem-se ainda observar, prevenir e fazer cumprir os artigos 46, 49 e 60 da Lei nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente.
- Manter como responsável técnico, na execução do contrato, o mesmo profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica, para atendimento à qualificação técnico-profissional da fase de habilitação do processo licitatório, ou outro profissional que atenda os mesmos requisitos previstos no edital, desde que aprovado pela administração.
- Utilizar vestimenta regulamentada para o trabalho.
- Utilizar, empregar e implementar Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).
- Utilizar equipamentos de proteção individuais (EPI's) mínimos, necessários e adequados para o ambiente de trabalho, a exemplificar: Mascara para vapores orgânicos; luvas nitrílicas; botinas de segurança contra riscos mecânicos e elétricos; macacão sanitário, capacete entre outros.
- Estar ciente dos procedimentos de segurança estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e possuir todos os equipamentos de segurança exigidos, além de ferramentas e materiais de montagem apropriados.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

Visto:

P. M. Redondo

Fls:

## Quanto a segurança e medicina do trabalho a contratada deverá:

• Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, e assegurar que seus empregados trabalhem com equipamentos individuais (fornecidos pela CONTRATADA) para proteção da saúde e da integridade física dos mesmos. Estes equipamentos dependerão de cada atividade profissional e do tipo de serviço a ser executado, conforme NR-6 – Norma Regulamentadora 6 – EPI (Equipamento de Proteção Individual).

#### Para tanto, a CONTRATADA deve:

- Manter as condições de trabalho seguro e também não criar condições capazes de gerar ambientes inseguros ao trabalho.
- A obra/serviço deverá ser executada levando em consideração todos os cuidados do ponto de vista da segurança (Pessoal e Operacional), previstos nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- Durante a realização da inspeção e dos ensaios devem ser tomadas precauções que garantam a segurança das pessoas e evitem danos à propriedade e aos equipamentos instalados.
- Deve ser verificado também se modificações não comprometem a segurança da instalação existente.
- Disponibilizar EPI's e EPC's adequados e convenientes para execução dos trabalhos, tendo estes Certificados de Aprovação (CA).

# Obrigações do Fiscal do Contrato.

- Responsabilizar-se pela perfeita execução do contrato decorrente deste termo de referência e em obediência a seguinte legislação:
- Lei 13303/16 lei das Estatais.
- Manual do gestor público.

# Quanto à comunicação da CONTRATADA com a CONTRATANTE.

• A contratada indicará e nomeará o seu **preposto** o qual será o responsável pelas comunicações junto à contratante que, por sua vez, indicará e nomeará o Fiscal do Contrato com as atribuições específicas para responder naquilo que lhe couber perante o contrato.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02 P. M. Redondo Fls:\_\_\_\_\_ Visto:

 Toda a comunicação para atendimento ao objeto do contrato será entre o preposto da contratada e o Fiscal do Contrato da contratante.

- A contratada deverá atender às solicitações do Fiscal do Contrato.
- A contratada poderá solicitar que o **Fiscal do contrato** que formalize tais solicitações.

# Quanto ao Fornecimento dos itens listados na planilha orçamentária.

- A contratada fornecerá os materiais e/ou equipamentos relacionados e quantificados na Planilha Orçamentária conforme suas respectivas especificações técnicas, com todos os componentes de fábrica, necessários e suficientes às instalações e montagens, cabendo-lhe, integralmente, a responsabilidade pela compra, carga, transporte, descarga e depósito, ficando a CONTRANTE isenta de quaisquer obrigações provenientes do fornecimento dos materiais.
- A medição e o pagamento serão conforme a verificação pelo fiscal do contrato quanto da conclusão técnica da obra.

## Inspeções e Testes

O serviço terá acompanhamento técnico por geólogo/engenheiro de minas da CONTRATADA no que se refere à adequação dos serviços ao que é proposto contratualmente e que segue aos princípios das técnicas do estado de arte da perfuração de poços tubulares, seguindo a normatização da ABNT.

# Quanto ao acompanhamento das inspeções e testes.

 As inspeções e testes deverão ter acompanhamento técnico da CONTRATADA ou por profissionais por ela indicado.

## Quanto às despesas com os inspetores da CONTRATADA.

 As despesas com veículo, combustível, alimentação e pernoite serão por conta da CONTRATADA.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

P. M. 1	Redondo
Fls:	
Visto:	
I -	

## Local de execução da obra:

Colônia Capela da Buena, zona rural do município, conforme os estudos técnicos apresentados no termo de referência em anexo, a perfuração do poço tubular se dará no ponto com as coordenadas que seguem (DATUM SIRGAS 2000):

Latitude: 31°42'13.08"S e Longitude: 52°38'49.54"O

## Prazo de execução da obra:

• 30 dias a contar da data de assinatura do contrato.

#### Justificativa:

A necessidade de perfuração do poço tubular é para atender 20 famílias, na área rural do município, na qual se cabe zelar pela saúde desta população e pelo desenvolvimento desta região através de fornecimento de água potável por redes públicas de abastecimento.

#### Metas Físicas:

 Melhoria e ampliação de abastecimento de água na localidade da capela da Buena, que não dispõe de água potável nas propriedades.

## Forma de pagamento:

 O pagamento da empresa vencedora será feito após a emissão da nota de empenho e efetiva obra concluída, em conta específica da contratada e dentro do cronograma da Secretaria Municipal de Administração e Finanças deste município.

# **Contratante:**

Conferir o serviço executado e o pagamento dentro do prazo previsto no edital.

#### Fiscalização:

 A fiscalização será realizada pelos servidores, Antônio Sergio Martins (Secretário Municipal da SMDRT) e Igor Mateus Funari Reichow Engenheiro Civil, CREA-RS 193475.



Estado do Rio Grande do Sul Telefones: (053) 3224-0120 Avenida dos Pinhais, 53 - CEP 96150-000 CNPJ: 961558650/0001-02

Р.	IVI.	Redondo
$\mathbf{Fl}$	s:	
Vi	sto:	

# ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇAO
A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº, CPF nº, declara, perante à Lei, que até a presente data:
a) Declaração que atende o disposto no art. 1º Inciso III e IV e art. 5º inciso III da CF Para fins dos dispostos nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.
b) Declaração que atende o disposto no art. 7º Inciso XXXIII da CF Para fins do disposto no inciso V do art. 27º da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito aos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
c) Declaração de inexistência fatos impeditivos; Sob as penas da lei que inexistem fatos impeditivos de sua habilitação
d) Declaração de Veracidade Sob as penas da lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
e) Declaração de Conhecimento do Edital Sob as penas da lei que tem anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos;
f) Declara que não possuí no quadro societário servidor público Sob as penas de Lei que não possui entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis, técnicos, empregados, agente público da entidade contratante ou qualquer pessoa que seja servidor do ente licitador.
g) Declaração que é Beneficiária da Lei 123 Sob as penas da Lei que a empresa supracitada está enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou micro empreendedor individual, como condição para usufruir dos beneficios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.
Cidade – (UF), de 2023.

(nome do representante legal)